

## GERENCIAMENTO DE RESULTADOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS<sup>1</sup>

Lucas Nunes Vanazzi<sup>2</sup>

Maria de Lurdes Furno da Silva<sup>3</sup>

### RESUMO

O presente artigo possui caráter quantitativo descritivo e preocupou-se em analisar a existência de indícios da ocorrência de Gerenciamento de Resultado em Instituições Financeiras Bancárias de capital aberto do Brasil. Também buscou analisar a relação dessa prática com o nível de risco percebido em suas ações no mercado. Foram utilizados modelos econométricos que consideram a Provisão para Devedores Duvidosos como variável explicada e como variáveis explicativas, o resultado da companhia e o volume de crédito de suas operações ativas. A medida de risco utilizada foi o coeficiente beta ( $\beta$ ) do Capital Asset Pricing Model (CAPM). Os resultados confirmam a hipótese de existência de indícios de gerenciamento de resultados, não permitindo concluir, todavia, sobre a redução do risco dos ativos. A hipótese que justifica tal efeito é de que a redução de assimetria informacional implica a execução de ajustes das expectativas de ganhos na medida em que os investidores conseguem identificar a prática de suavização de resultados. Sugere-se para futuros trabalhos, a análise da atuação da auditoria externa no sentido de validar as premissas que suportam a constituição da provisão em questão.

**Palavras-chave:** Gerenciamento de Resultados. Provisão para Devedores Duvidosos. Instituições Financeiras.

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, no segundo semestre de 2017, ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

<sup>2</sup> Graduando do curso de Ciências Contábeis da UFRGS.

<sup>3</sup> Orientadora. Professora Adjunta do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da UFRGS. Doutora em Economia. Mestre em Controladoria. Especialista em Auditoria. Graduada em Ciências Contábeis.

## **RESULTS-BASED MANAGEMENT IN FINANCIAL INSTITUTIONS: AN ANALYSIS BASED ON THE ALLOWANCE FOR DOUBTFUL ACCOUNTS**

### **ABSTRACT**

The present article with descriptive quantitative character and worried to analyze the existence of evidence of the occurrence of Result Management by Brazilian Public Financial Institutions. It also sought to analyze the relationship of this practice with the level of risk perceived in its actions in the market. We used econometric models that consider the Provision for Doubtful Accounts as explained variable and as explanatory variables, the company's result and the credit volume of its active operations. The risk measure used was the beta coefficient ( $\beta$ ) of the Capital Asset Pricing Model (CAPM). The results confirm the hypothesis of existence of indications of results management, not allowing to conclude, however, on the risk reduction of the assets. The hypothesis that justifies this effect is that the reduction of informational asymmetry implies the execution of adjustments of the expectations of gains to the extent that investors can identify the practice of smoothing results. It is suggested for future work, the analysis of the performance of the external audit in order to validate the assumptions that support the constitution of the provision in question.

**Keywords:** Results-based Management. Allowance for Doubtful Accounts. Financial Institutions

### **1 INTRODUÇÃO**

A capacidade da Ciência Contábil de evidenciar fenômenos de caráter econômicos e financeiros é evidente e se confirma em diversos estudos. São produtos dela, entre outros, a análise de resultados e a predição de comportamentos. Tomando como relevante a atuação do sistema financeiro para o desenvolvimento das sociedades, é viável, pois, utilizar as informações constantes das demonstrações contábeis de Instituições Financeiras (IF) para se fazer inferências.

Saunders (2000) informa que as instituições financeiras possuem regulação específica e são consideradas entidades especiais, haja vista que perturbações e interferências importantes podem produzir efeitos sensíveis a outros segmentos da economia. Para Carneiro (2002), o monitoramento intenso e a regulação prudencial a que estão submetidas as instituições financeiras são reflexos da interação desse segmento com os demais participantes do mercado. As atividades de intermediação financeira são funções básicas dos bancos, e sua

dinâmica resume-se a tomar recursos no mercado e aplicar a taxas maiores (ASSAF NETO, 2015).

Consoante ao Pronunciamento Conceitual Básico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2011), as demonstrações contábeis objetivam fornecer informações sobre a situação patrimonial, financeira e de desempenho úteis para avaliações e tomadas de decisões econômicas. O referido Pronunciamento (2011) positiva em seu item 36 o conceito de neutralidade aplicado às demonstrações contábeis, referindo que a escolha ou a apresentação de informações que induzam a decisão ou a julgamento predeterminados imprimem parcialidade e não neutralidade à informação.

É oportuno, pois, avaliar a existência e os efeitos do Gerenciamento de Resultados nas Demonstrações Contábeis. ‘Gerenciamento de Resultados pode ser definido como manipulações dos dados contábeis que promovem algum tipo de ajuste no valor final dos demonstrativos’ (SOUTES, 2011 apud FARIA, 2015, p. 27; AMARAL, 2015).

O problema de pesquisa do presente estudo é definido da seguinte maneira: **Qual a relação entre o gerenciamento de resultado de Instituições Financeiras bancárias de capital aberto no Brasil e o risco percebido em suas ações no mercado?** Para responder o problema de pesquisa, foi estabelecido o objetivo geral do trabalho: verificar a existência de evidências de que instituições financeiras bancárias com capital aberto praticam *Income Smoothing*, isto é, alisamento de resultados com vistas à diminuição de volatilidade do resultado reportado ao longo do tempo. Posteriormente, relacionar esse efeito com a variável risco das ações no mercado. A hipótese é de que instituições financeiras pratiquem alisamento de resultado e que essa prática reduz o risco percebido nas ações.

Como objetivos específicos, elenca-se os seguintes: verificar se existem indícios de prática de suavização de resultados por parte de Instituições Financeiras brasileiras no período de 2007 a 2016; e analisar a influência dessa prática na percepção do risco das ações dessas companhias no mercado de capitais brasileiro.

Algumas considerações sobre a pesquisa são pertinentes: para concluir sobre a existência de gerenciamento de resultado foram utilizados quatro modelos de regressão propostos por Goulart (2007). A variável risco das ações no mercado é estabelecida pelo coeficiente beta ( $\beta$ ) descrito no *Capital Asset Pricing Model* (CAPM). A janela temporal analisada é de 2007 a 2016, sendo utilizadas observações trimestrais. A amostra é de 8

companhias classificadas como bancos pela segmentação da Bolsa de Valores e foram selecionadas dentre a população, que é de 25 instituições. As companhias da amostra possuem capital aberto, o que implica serem reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários, além de se subordinarem às diretrizes do Banco Central devido sua natureza operacional. Suas demonstrações contábeis devem ser auditadas por empresas de auditoria registradas nos órgãos reguladores referidos.

A pertinência das análises realizadas neste estudo se manifesta na medida em que o gerenciamento de resultados, entendido como um ajustamento dos demonstrativos contábeis das companhias à situação que melhor lhe convir, impacta a qualidade e a neutralidade das informações. As regressões são baseadas em modelos econométricos cujos princípios são claros e tidos válidos pela literatura, tendo sido replicados em outros estudos da área. O número de observações é suficiente e imprime robustez às análises. Apesar disso, não houve relaxamento nos parâmetros estatísticos.

O artigo é estruturado em cinco seções: a primeira é esta introdução, onde está indicada a contextualização do problema de pesquisa e a apresentação dos objetivos específicos. Na segunda seção, é apresentada a revisão dos principais conceitos e estudos produzidos e publicados sobre gerenciamento de resultados, sobremaneira aplicados às Instituições Financeiras. Na terceira seção é feita a descrição da população, da amostra, da origem dos dados e da metodologia. Na quarta seção, apresenta-se o desenvolvimento e os resultados das regressões e da correlação com o risco das ações. Na quinta e última seção são feitas as considerações finais e sugestão para pesquisas futuras.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Nesta seção, aborda-se o tema buscando estabelecer conexões entre os estudos publicados e de maior relevância, permitindo inserção no panorama científico atual.

### **2.1 SISTEMA FINANCEIRO**

Segundo Fortuna (2005), o Sistema Financeiro (SF) é definido como um conjunto de instituições que se dedicam, de alguma forma, ao trabalho de propiciar condições satisfatórias para a manutenção de um fluxo de recursos entre poupadores e investidores. Hillbrecht (1999,

tradução nossa) informa que o objetivo primordial dessas instituições é a transferência de fundos entre agentes superavitários e deficitários, cuja disposição a gastar diverge em relação à renda ou à poupança.

Ao encontro de Hillbrecht (1999), Rudge e Cavalcante (1993) categorizam os participantes desse mercado conforme suas atuações: os tomadores finais são aqueles que necessitam de complemento de suas poupanças para consumo ou investimento, dispondo-se a remunerar o capital tomado; já os ofertadores iniciais são aqueles que se encontram em posição superavitária e aplicam seus excedentes no sistema financeiro. Por fim, o sistema financeiro em si, cuja característica principal é intermediar os recursos entre os agentes, gerando liquidez.

Levine (1997) elenca funções principais do sistema financeiro e de seus agentes. Rondon (2011) pontua que as consequências da atuação desses agentes são suficientes para caracterizar a necessidade do sistema financeiro à economia. São elas:

- i) permitir uma melhor administração do risco inerente às atividades econômicas por meio da transferência, proteção ou diversificação do risco; ii) mobilizar excedentes; iii) efetuar a alocação de recursos na economia; iv) facilitar o intercâmbio de bens e serviços, por exemplo, através da concessão de crédito; v) monitorar os gestores empresariais de modo que as empresas atuem de acordo com os interesses dos credores. (LEVINE 1997 apud RONDON, 2011, p. 6-7).

A complexidade e a dinâmica das relações comerciais e financeiras exigem especialização dos agentes. Ademais, é necessária a intervenção do Estado no sentido de normatizar e fiscalizar a atuação das sociedades empresarias que integram o sistema financeiro.

## 2.1 CONTABILIDADE APLICADA A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Diversas especificidades são aplicadas à contabilidade bancária, haja vista a intensa regulação a que estão submetidas essas instituições. O Cosif – Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – foi instituído pela Circular BACEN nº 1.273 de 1987 e determina a padronização necessária para contabilização e para o reporte de informações ao

órgão regulador (CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, 1987). Conforme o documento (1987), o Cosif é dividido em quatro capítulos:

- No capítulo 1, normas básicas, estão consolidados os princípios, critérios e procedimentos contábeis que devem ser utilizados por todas as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional;
- No capítulo 2, elenco de contas, são apresentadas as contas integrantes do plano contábil e respectivas funções;
- No capítulo 3, documentos, são apresentados os modelos de documentos de natureza contábil que devem ser elaborados pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional;
- No capítulo 4, anexos, são apresentadas as normas editadas por outros organismos (CPC, IBRACON etc.) que foram recepcionadas para aplicação às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar por este Banco Central do Brasil.

Importante assinalar a estrutura que sustenta o elenco de contas do Cosif. O grupo de contas do ativo circulante e realizável a longo prazo, do ativo permanente e as contas de compensação do ativo, são, respectivamente, apresentadas pelos códigos iniciados por 1, 2 e 3. O grupo de contas iniciados por 4 representa o passivo circulante e exigível a longo prazo; por 5, resultados de exercícios futuros; por 6, patrimônio líquido; por 7 contas de resultado credoras; por 8, contas de resultado devedoras e por 9, contas de compensação do passivo. A previsão do grupo de contas contábeis destinadas ao registro de resultados de exercícios futuros vai de encontro às normas contábeis vigentes, sobremaneira após o advento da convergência às normas internacionais. Todavia, é uma previsão constante da circular que estabelece o plano contábil, que data do ano de 1987, conforme mencionado.

A resolução CMN n.º 2.682, Banco Central do Brasil (1999), em seu artigo 1º, determina que as instituições devem classificar as operações de crédito conforme o risco. Os nove níveis de classificação de risco – AA, A, B, C, D, E, F, G, H – devem ser utilizados em ordem crescente e seus critérios devem ser estabelecidos pela instituição detentora do crédito, respeitando aspectos mínimos estabelecidos na própria resolução (BANCO CENTRAL DO

BRASIL, 1999). É imperativo, contudo, que esses critérios sejam consistentes e verificáveis. Quanto ao volume requerido de provisão para créditos de liquidação duvidosa, a resolução estabelece relação proporcional ao nível de risco do crédito, ou seja, quanto maior o risco do crédito, mais provisão será requerida para fazer face a perdas prováveis na realização daquele ativo.

Assumindo que há discricionariedade na elaboração das premissas que suportam o volume provisionado, é viável verificar a existência de indícios de gerenciamento de resultado com base nessa provisão.

## 2.2 GERENCIAMENTO DE RESULTADOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Conforme já referido, existem afirmações patrimoniais e de resultado que sofrem influências da discricionariedade da administração na mensuração de elementos contábeis. Normalmente, esses elementos exigem que os critérios de mensuração sejam definidos a partir de julgamentos da própria administração. ‘Nesse contexto, o gerenciamento de resultados pode ser definido como qualquer tipo de manipulação dos dados contábeis que promovem algum tipo de ajuste no valor final dos demonstrativos’ (SOUTES, 2011 apud FARIA; AMARAL, 2015). Schipper (1989) propõe a seguinte definição: ‘Gerenciamento de Resultados é fazer uma intervenção proposital no processo de elaboração das demonstrações financeiras externas, com a intenção de obter algum ganho particular (ao contrário do processo neutro de reportar os resultados contábeis)’ (SCHIPPER, 1989, p. 92 apud MARTINEZ, 2001, p. 39).

É recorrente o uso do termo *Accrual* em estudos que se ocupam do tema Gerenciamento de Resultados, manifestando, portanto, a importância da delimitação desse conceito. *Accrual* é a diferença entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido, ou seja, são todas aquelas contas de resultado que entram no cômputo do lucro, mas que não implicam necessariamente movimentação de disponibilidades (MARTINEZ, 2001, p. 16). “As *Accruals* derivam do regime de competência, modificam o *timing* do lucro reportado.” (BAPTISTA, 2009, p. 9). Outrossim, o autor informa que: “No caso do gerenciamento mediante o uso de *Accruals*, a *proxy* de gerenciamento são as *Accruals* Discricionárias.” (BAPTISTA, 2009, p. 9). Nesse sentido, é flagrante a atribuição estabelecida pelo autor quanto a capacidade de verificar a ocorrência e a mensuração de gerenciamento de resultados às ADs.

Moyer (1990, p. 125-126) citado por Goulart (2007) afirma que ‘gestores bancários aceleram ou retardam a venda de créditos com vistas a interferir o momento de reconhecimento de ganhos e perdas.’ De forma específica, a provisão para devedores duvidosos pode ser utilizada como instrumento de ajuste no final do exercício, tendo efeitos imediatos no resultado reportado.

Martinez (2001) e McKee (2005) citado por Faria e Amaral (2015), elencam ‘motivações possíveis para a prática de gerenciamento de resultados: alcançar resultados esperados pela administração, alterar a imagem acerca da situação econômica e financeira da empresa, atrair investidores, distribuir dividendos, reduzir os lucros atuais para aumentar lucros futuros, geração de provisões e reservas para aumentar resultados futuros e a redução da variabilidade dos lucros para evitar flutuações excessivas.’ Rivard (2003), também identifica práticas de gerenciamento de resultados com a intenção de reduzir a volatilidade do resultado ao longo do tempo. Essa prática é conhecida como *Income Smoothing*, suavização ou alisamento de resultados.

Fernandes (2007) esclarece que a ação de alisamento de resultados busca divulgar lucros similares ao longo do tempo. Ao evitar flutuações excessivas no volume de lucros, o investidor tem previsibilidade no fluxo de resultados de exercícios futuros, o que pode imprimir menor risco às ações. “A suavização de resultados é uma tentativa por parte dos gestores da firma para reduzir as variações anormais no resultado, dentro dos limites, dos princípios da contabilidade.” (BEIDLEMAN, 1973, p. 653).

### 2.3 ESTUDOS RELACIONADOS

Alguns estudos, tais como Thomas e Zhang (2000) analisaram influência da prática de alisamento de resultados, concluindo sobre seus efeitos no valor da ação. Martinez (2001) e Rodrigues (2008) detectaram indícios de gerenciamento de resultado em seus estudos, verificando que essa prática tende a ocorrer em contas de despesa de provisões, depreciação, ágios e deságios, entre outras.

No setor bancário brasileiro, Fuji (2004), analisa a utilização da despesa para créditos de liquidação duvidosa como recurso para gerenciamento de resultado. O autor também busca compreender a relação dessa variável com o resultado das instituições financeiras e conclui que existem indícios da prática de alisamento de resultados. Goulart (2007), produziu estudo

ampliado, verificando a relação do resultado das instituições financeiras e as operações de crédito, operações com títulos e valores mobiliários e operação com derivativos e conclui em seu estudo, que há evidências de suavização de resultados na área de crédito (PDD), derivativos e nos ajustes positivos a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários.

Faria e Amaral (2015) analisaram a relação entre gerenciamento de resultado e o risco das ações de 63 companhias pertencentes ao índice Ibovespa no período de 2007 a 2011. Para tanto, os autores utilizaram o modelo de KS (1995) como instrumento de mensuração de *Accruals* Discricionárias, aplicando a técnica de regressão e, após, relacionaram os resíduos da regressão com o coeficiente beta ( $\beta$ ) do modelo CAPM com vistas a compreender se o gerenciamento de resultados afetou a percepção do risco das ações. Para aquela amostra, diferente do esperado, o valor da correlação foi positivo, indicando que alisamento de resultados poderia contribuir para aumento da percepção de risco das ações. Os autores indicam possível hipótese explicativa para os resultados, assinalando que a flexibilidade das normas contábeis reduz assimetria informacional, implicando ajuste de perspectivas de retorno por parte dos investidores, consoante ao que propõe Holthausen e Leftwich (1983).

### 3 METODOLOGIA E FORMA DE COLETA DOS DADOS

A pesquisa, quanto à tipologia, é classificada como quantitativa, uma vez que pretende verificar a correlação entre as variáveis *Accruals* Discricionárias e risco dos instrumentos patrimoniais. “A utilização dessa tipologia de pesquisa torna-se relevante à medida que se utiliza de instrumentos estatísticos desde a coleta, até a análise e o tratamento dos dados.” (BEUREN, 2008, p. 93). Quanto aos objetivos, a pesquisa é descritiva e explicativa. “Na pesquisa descritiva realiza-se o estudo, a análise, o registro e a interpretação dos fatos do mundo físico sem a interferência do pesquisador.” (BARROS; LEHFELD, 2007, p. 45).

Para fins de simplificação metodológica, é possível segregar este estudo em duas fases:

- Verificar se existem indícios de prática de suavização de resultados por parte de instituições financeiras bancárias brasileiras no período de 2007 a 2016 e;
- Analisar a influência dessa prática na percepção do risco das ações dessas companhias no mercado de capitais brasileiro.

A população para o presente estudo é definida pela totalidade de instituições financeiras que possuem ações negociadas na Bolsa de Valores. A relação completa dessas instituições consta anexa. Para delimitação da amostra inicial, foram necessárias algumas exclusões baseadas em premissas, a saber: haver disponibilidade de informações para a janela temporal estabelecida, a natureza das operações das companhias, ocorrência de fraudes nas demonstrações contábeis, data de abertura de capital, negociação de instrumentos patrimoniais no mercado à vista, tipo de instrumento patrimonial negociado (BDRs foram desconsiderados). Em anexo, é apresentado o conjunto de instituições após os ajustes efetuados.

A partir dessa relação, que contemplou 14 instituições financeiras, procedeu-se ordenamento das instituições de acordo com o volume do ativo total da companhia na data de 31/03/2007 (data da primeira observação da série). As quatro maiores e as quatro menores companhias bancárias para a data de referência (31/03/2007) são a amostra do estudo; o corte de 4 Instituições Financeiras foi definido pela análise da amplitude e simetria dos dados. Importante pontuar que a amostra é representativa, uma vez que os conglomerados financeiros dessas instituições controlavam, em dezembro/2016, 55,56% do Ativo Total das empresas que compõem o Sistema Financeiro Nacional, conforme dados disponíveis no site do Banco Central.

As observações foram extraídas dos balancetes trimestrais - ITR e das demonstrações financeiras padronizadas - DFP das companhias que compõem a amostra (disponíveis no site da BM&F Bovespa), sendo que os dados “ativo total” e “carteira de crédito” foram retirados do Balanço Patrimonial (BP) e a Provisão para Devedores Duvidosos (PDD), da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). Em ambos os casos, as informações se referem às Demonstrações Financeiras Individuais, a despeito de alguns estudos utilizarem os dados das Demonstrações Financeiras Consolidadas. O argumento que justifica tal ação é de que os efeitos de outras empresas vinculadas aos conglomerados financeiros impactariam as análises, restando prejudicadas as conclusões que se pretende neste estudo, acerca do comportamento das IF quanto ao gerenciamento de resultados.

O número de observações é de 40 por instituição financeira (observações trimestrais do período de 2007 a 2016). Totaliza, por conseguinte, 160 observações para cada grupo de análise – “MAIORES” e “MENORES” – e 380 observações para a análise global. Pontua-se

que as companhias constantes em cada grupo da amostra estão identificadas em quadro anexo, onde também são apresentados gráficos de dispersão das observações, que permitem inferir sobre a simetria dos dados.

A prática de suavização de resultados tem como consequência a redução na variabilidade do desempenho reportado, uma vez que tanto maior será o lucro ou menor o prejuízo quanto menor for a PDD. O inverso é válido, isto é, tanto menor será o lucro ou maior o prejuízo quanto maior for a PDD. Assim, para verificar a existência de indícios de suavização de resultados com base na PDD, foram utilizados os modelos empíricos propostos por Goulart (2007), e estão descritos abaixo:

**Quadro 2** – Descrição dos modelos

|           | <b>MODELO</b>   |
|-----------|---|
| <b>1A</b> | $PDD\ it = \alpha + \beta (LL-PDD) + \varepsilon\ it$                 |
| <b>2A</b> | $PDD/AT\ it = \alpha + \beta (LL-PDD)/AT + \varepsilon\ it$           |
| <b>1B</b> | $PDD\ it = \alpha + \beta (LL-PDD) + Créd + \varepsilon\ it$          |
| <b>2B</b> | $PDD/AT\ it = \alpha + \beta (LL-PDD)/AT + Créd/AT + \varepsilon\ it$ |

Fonte: Adaptado de Goulart (2007).

Em que: PDD = Provisão para Devedores Duvidosos;  $\alpha$  e  $\beta$  = coeficientes; LL = Lucro Líquido;  $\varepsilon$  = termo de erro; AT = Ativo Total; Créd = carteira de crédito

A hipótese que o autor propõe é de que: “Existe correlação positiva entre a PDD e o resultado contábil (excluída deste a PDD), configurando a utilização das operações de crédito para suavização de resultados.” (GOULART, 2007, p. 121). Transcreve-se a expectativa dos resultados das regressões quanto ao comportamento das variáveis. Para o autor, GR é sinônimo de Gerenciamento de Resultado. Espera-se obter um coeficiente positivo para RES ExclCréd it, pois quando este apresenta crescimento, a expectativa é que também haja aumento na PDD, tendo em vista a diminuição do lucro e suavização do resultado final e se há diminuição em RES ExclCréd it, o incentivo é para que se reduza a PDD, de modo que se mantém a expectativa de sinal positivo, ainda de acordo com o autor (2007). Assim, havendo GR, um maior resultado contábil motiva um maior provisionamento nas operações de crédito, de modo a amenizar lucros, segundo Goulart (2007). Quanto à variável Créd it,

espera-se coeficiente também positivo, pois quanto maior o valor das operações ativas de crédito, maior tende a ser a despesa de provisão (GOULART, 2007, p. 125)

Em síntese: se a instituição financeira promove gerenciamento de resultados para praticar suavização do lucro/prejuízo reportado, o volume provisionado para PDD tende a ser maior quando o lucro é maior e menor quando o lucro é menor. Dessa forma, espera-se que o sinal do coeficiente  $\beta$  das regressões seja positivo.

De acordo com o mesmo autor (2007), em relação ao coeficiente da variável *Créd it*, a expectativa é de que também seja positivo, visto que essa variável se relaciona de forma direta com variável explicada do modelo. É dizer: se o volume de crédito é maior, espera-se que o volume de PDD também o seja.

Foram utilizados quatro modelos, sendo que dois deles incluem a variável *Créd it*, e dois deles não. O artifício utilizado nas equações 2A e 2B de efetuar a divisão das variáveis pelo valor de ativos totais foi proposto por Martinez (2001) e por outros autores estrangeiros e utilizada por Goulart (2007) na propositura dos modelos. A fim de cumprir requisitos estatísticos de normalidade das observações e dos resíduos, e tendo em vista a amplitude e assimetria dos dados, optou-se por estimar os modelos de acordo com o grupo de tamanho.

Neste estudo, as regressões foram realizadas utilizando o software R Project v.3.4.2. Os dados estão organizados de forma a permitirem análise de diversas companhias em diferentes períodos de tempo, isto é, permitem que se utilize técnicas de estimação em painel. O procedimento de estimação das regressões pode ser feito utilizando diferentes técnicas. Para adequação na seleção entre modelo entre Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e modelo de efeitos fixos utilizou-se o teste F – função *pFtest()*. Pela análise do p-valor da estimação do MQO, descartou-se utilizar aquele método. Para escolher entre efeitos fixos ou aleatórios utilizou-se o teste de Hausman – função *phptest()*. Para testar o uso do efeito fixo do tempo, utilizou-se o teste multiplicador Lagrangeano de Breusch/Pagan, que permitiu dispensar a utilização de variável *dummy* para o elemento temporal. O fator de inflação de colinearidade entre as variáveis explicativas foi medido pela função *vif()*, indicando que a correlação entre essas variáveis não resulta em prejuízos ao modelo.

Em relação aos testes de diagnóstico do modelo, utilizou-se o teste de Shapiro-Wilk para verificar normalidade dos resíduos, além da análise dos histogramas de normalidade dos resíduos (motivada pelo tamanho da amostra); para verificar a existência de

heterocedasticidade aplicou-se o teste de Breusch-Pagan, que foi validado após a exclusão de *outliers*, e teste de Breuch-Godfrey para testar correlação serial dos resíduos. Os resultados das regressões e dos testes são apresentados nas Tabelas de 1 a 4.

Registra-se que existem modelos econométricos mais robustos capazes de estimar a suavização de resultados, com destaque para o modelo proposto por Shrieves e Dahl (2003), que foi utilizado para testar o comportamento de bancos japoneses no período de 1989 a 1996. O modelo é composto por quatro equações que se preocupam em analisar empréstimos, despesas com perdas em operações de crédito, ganhos ou perdas com títulos e valores mobiliários e dividendos. Os modelos utilizados para o presente estudo utilizam menor número de variáveis; no entanto, são capazes de mensurar de forma bastante satisfatória o gerenciamento de resultados com base na provisão para devedores duvidosos e possuem aplicação em diversos estudos da área, a exemplo do estudo de Macedo e Kelly (2016).

Trueman e Titman (1988) citado por Faria e Amaral (2015) propõem que ‘a consequência do alisamento do resultado reportado é redução do risco percebido pelo mercado em relação a determinado ativo.’ Essa prática implica geração de valor à companhia, na medida em que o fluxo de resultados é menos volátil em relação à média do mercado, permitindo maior predição de desempenho. O modelo CAPM é tido com simplista para o padrão de finanças atuais; no entanto, bastante utilizado para mensurar o risco de ativos isolados ou de carteiras, retornando resultados bastante satisfatórios. A mensuração do risco do modelo é materializada coeficiente beta ( $\beta$ ), que é obtido pela razão entre a covariância das cotações diárias dos ativos analisados e a do mercado (neste estudo utilizou-se o índice IBOVESPA) pela variância do mercado (mesmo índice).

As cotações dos ativos e a pontuação do índice Ibovespa constam disponíveis no site do Bolsa de Valores. Foram utilizadas as cotações diárias de cada ação das empresas e do mercado (IBOVESPA) para o período analisado. Optou-se pela cotação dos ativos mais líquidos para os casos de empresas que possuem mais que uma espécie de ativo negociado (geralmente ações preferenciais). A relação dos códigos de negociação na bolsa dos ativos utilizados consta em quadro anexo. Ressalta-se que as lacunas de períodos sem negociação para empresas cuja liquidez é menor foram preenchidas com as cotações do último negócio efetivado até que existisse novo negócio. É dizer que, na falta de negócio para determinado período, replicou-se as cotações para os períodos subsequentes, até que existisse novo

negócio. Ademais, os preços dos ativos são os de fechamento dos pregões. Calculou-se a medida de risco, identificado pelo coeficiente beta ( $\beta$ ) para cada empresa por ano.

Por fim, utilizou-se os resíduos das regressões dos modelos descrito por Goulart (2007) para gerar a série de dados do *Accrual* Discricionário (AD). Essa série de dados foi correlacionada com o risco das ações do modelo *Capital Asset Pricing Model* (CAPM). Esse procedimento foi realizado no estudo de Faria e Amaral (2015) e está em consonância aquilo que propõem diversos estudos que utilizam o modelo KS (1995) para mensuração de gerenciamento de resultado. Considerando que nesse estudo utilizam-se outros modelos para verificar a existência de indícios de gerenciamento de resultados (mais apropriados para Instituições Financeiras), utilizou-se os resíduos desses modelos para gerar a série de dados de AD. O procedimento é válido na medida em que apenas se alterou os modelos utilizados, mantendo-se, porém, os procedimentos estatísticos necessários para validade dos resultados.

Notadamente, o objetivo do teste de correlação entre as variáveis é verificar se a prática de alisamento de resultados promove diminuição na percepção de risco por parte dos investidores. A expectativa, tomando por base a literatura pertinente, é de que os resultados das correlações sejam negativos, indicando que quanto maior o nível de gerenciamento de resultados - alisamento do resultado reportado - menor seria o risco das ações, mensurado pelo coeficiente beta ( $\beta$ ). Os resultados das correlações são apresentados na tabela 5.

#### 4 ANÁLISE DOS DADOS

A partir das regressões dos modelos de Goulart (2007), conforme procedimentos descritos anteriormente, é possível se fazer inferências acerca do gerenciamento de resultados para Instituições Financeiras da amostra para a janela de tempo estabelecida. É válido reiterar que as análises foram segregadas por grupo de empresas de acordo com o tamanho, de forma que foram estimados 4 modelos para cada um dos dois grupos, resultando em 8 equações.

Devido a amplitude e assimetria positiva das variáveis mesmo após a segregação das empresas em grupos, foi necessário transformar as variáveis, conforme a equação abaixo:

$$Y^* = \log(Y - \min(Y) + 1),$$

Na equação,  $Y^*$  é a variável transformada e  $Y$  é a variável na sua forma original. Essa transformação é típica para estudos estatísticos e é motivada para fins de redução da amplitude dos dados, resolvendo ou amenizando problemas de heterocedasticidade.

A tabela 1 sintetiza os resultados das regressões para o grupo “MAIORES”.

**Tabela 1** – Resultado das regressões para o grupo “MAIORES”

| Modelo     | Equação  | R2     | R2_ajustado |
|------------|--|--------|-------------|
| <b>1A+</b> | $PDD = -3,17 + 1,17*(LL-PDD)$<br>(0,58) (0,04)<br>( $< 0,001$ ) ( $< 0,001$ )                                      | 0,8579 | 0,857       |
| <b>2A+</b> | $PDD/AT = 0,0004 + 0,48*(LL-PDD)/AT$<br>(0,0008) (0,049)<br>(0,6131) ( $< 0,001$ )                                 | 0,3835 | 0,3795      |
| <b>1B+</b> | $PDD = -3,81 + 0,96*(LL-PDD) + 0,21*Créd$<br>(0,59) (0,06) (0,05)<br>( $< 0,001$ ) ( $< 0,001$ ) ( $< 0,001$ )     | 0,8701 | 0,8684      |
| <b>2B+</b> | $PDD = 0,002 + 0,36*(LL-PDD)/AT + 0,001*Créd/AT$<br>(0,0008) (0,03) (0,0008)<br>(0,02) ( $< 0,001$ ) ( $< 0,001$ ) | 0,4936 | 0,4872      |

Fonte: Dados da pesquisa

Para todas as equações, o sinal das variáveis explicativas foi positivo, isto é, conforme esperado e indicando que existem indícios de gerenciamento de resultados com base na PDD. O R2 para as equações 1A+ e 2A+ foi ligeiramente inferior àquele encontrado por Goulart (2007). Já as equações 2A+ e 2B+ se mostraram superiores (pelo menos o dobro). O nível de significância estatística é de 1% para as análises de todas as equações, incluindo a significância das variáveis em conjunto para as equações que apresentam duas variáveis explicativas (1B+ e 2B+). Registra-se que o valor da constante da equação 1A é não significativo.

O sinal dos coeficientes das variáveis explicativas “LL-PDD”, “Créd” e “Créd/AT” estão de acordo o esperado e consoante com o que preconiza o estudo de referência, isto é, positivos. Dessa forma, é possível concluir sobre a existência de indícios de que as instituições financeiras incluídas na amostra “MAIORES”, no período de tempo abrangido por esse estudo, praticam gerenciamento de resultado com base na PDD, na medida em que o

volume dessa provisão sofre influência do resultado realizado. As variáveis respeitam, portanto, a relação de PDD maior para períodos de lucro maior, e PDD menor para períodos de lucro menor ou de prejuízos. É flagrante, pois, o efeito dessa prática para alisamento de resultados.

A tabela 2 apresenta o resultado dos testes de validação estatística realizados para o grupo “MAIORES”.

**Tabela 2** – Resultados dos testes de validação estatística para o grupo “MAIORES”

| Modelo | R2     | R2 Ajustado | Normalidade | Homocedasticidade | Correlação serial | Multicolineariedade |
|--------|--------|-------------|-------------|-------------------|-------------------|---------------------|
| 1A+    | 0,8579 | 0,8570      | < 0,001     | 0,002             | 0,0814            | --                  |
| 2A+    | 0,3835 | 0,3795      | 0,0563      | 0,0458            | 0,0319            | --                  |
| 1B+    | 0,8701 | 0,8684      | 0,004       | 0,008             | 0,0322            | 2,9896              |
| 2B+    | 0,4936 | 0,4872      | 0,1056      | 0,0541            | < 0,001           | 1,0001              |

Fonte: Dados da pesquisa.

Os testes de normalidade são significativos a 5% e 10% para as equações 2A+ e 2B+ respectivamente, a despeito de a análise dos histogramas permitir inferir sobre a normalidade ser aceitável. A correlação serial e a multicolineariedade estão dentro de parâmetros estatísticos esperados. As equações que consideram a variável explicativa “Créd.” apresentaram grau de ajustamento ligeiramente maior em relação aos modelos que não a consideram e o R2 ajustado maior dessas equações imprime certeza quanto ao efeito positivo da inclusão da variável às explicações dos modelos.

A tabela 3 sintetiza os resultados das regressões para o grupo MENORES.

**Tabela 3** – Resultado das regressões para o grupo “MENORES”

| Modelo | Equação  | R2     | R2_ajustado |
|--------|--|--------|-------------|
| 1A-    | $PDD = 1,34 + 0,82*(LL-PDD)$                     | 0,4037 | 0,3998      |
|        | (0,93) (0,08)                                    |        |             |
|        | (0,1488) (< 0,001)                               |        |             |
| 2A-    | $PDD/AT = -0,0009 + 0,56*(LL-PDD)/AT$            | 0,1429 | 0,1415      |
|        | (0,002) (0,117)                                  |        |             |
|        | (0,6204) (< 0,001)                               |        |             |
| 1B-    | $PDD = 3,72 + 0,62*(LL-PDD) - 0,005*Créd$        | 0,4135 | 0,3601      |
|        | (0,75) (0,09) (0,05)                             |        |             |
|        | (< 0,001) (< 0,001) (0,9043)                     |        |             |
| 2B-    | $PDD = 0,001 + 0,43*(LL-PDD)/AT - 0,001*Créd/AT$ | 0,1579 | 0,1379      |
|        | (0,0008) (0,03) (0,0008)                         |        |             |
|        | (0,02) (< 0,001) (< 0,001)                       |        |             |

Fonte: Dados da pesquisa.

Todas as equações apresentaram sinal positivo para a variável explicativa “LL-PDD”, estando de acordo com o esperado e sendo estatisticamente significativas a 1%. Em relação à variável “Créd.” do modelo 1A-, é não significativa, implicando que não deve ser desconsiderada; enquanto que a variável “Créd/AT” da equação 2B- é significativa ao mesmo nível e apresentou sinal do coeficiente negativo, que é contrário ao esperado. Para as equações que apresentam duas variáveis explicativas, a significância dessas variáveis em conjunto é existente ao nível de referência.

As equações que consideraram a variável explicativa “Créd.” apresentaram poder explicativo inferior em relação aos modelos que não a consideram. Notadamente, o efeito dessa variável prejudica o resultado da regressão, implicando que não considerar a variável em questão possui impacto positivo na análise. O R2 ajustado menor dessas equações imprime certeza quanto ao efeito positivo da exclusão da variável às explicações dos modelos.

Consoante ao que se propõem as regressões, que é analisar a existência de gerenciamento de resultados com base na PDD e desconsiderando a variável explicativa “Créd” da equação 1B- pela característica de não significância, é possível inferir sobre a existência de indícios de que as empresas constantes dessa amostra, para o período analisado,

praticam gerenciamento de resultados com base na PDD, isto é, praticam alisamento dos resultados reportados.

A tabela 4 apresenta o resultado dos testes de validação estatística realizados para o grupo “MENORES”.

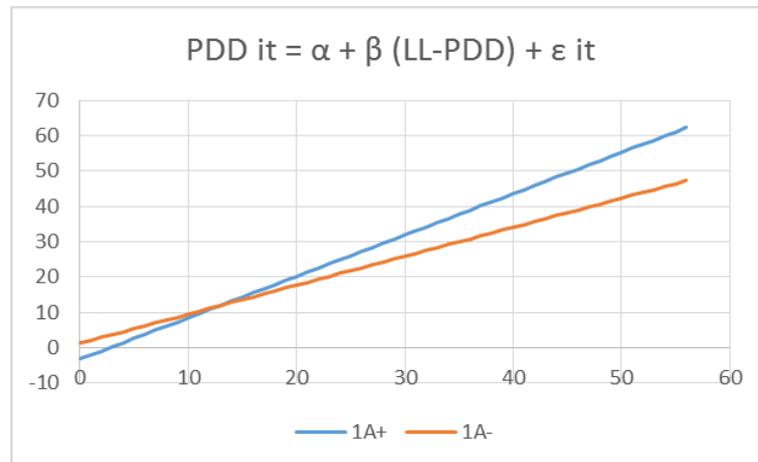
**Tabela 4** – Resultados dos testes de validação estatística para o grupo “MENORES”

| Modelo     | R2     | R2 Ajustado | Normalidade | Homocedasticidade | Correlação serial | Multicolinearidade |
|------------|--------|-------------|-------------|-------------------|-------------------|--------------------|
| <b>1A-</b> | 0,4037 | 0,3998      | < 0,001     | 0,0999            | 0,0572            | --                 |
| <b>2A-</b> | 0,1429 | 0,1415      | < 0,001     | 0,0807            | 0,011             | --                 |
| <b>1B-</b> | 0,4135 | 0,3601      | < 0,001     | 0,2282            | 0,0254            | 1,9795             |
| <b>2B-</b> | 0,1579 | 0,1379      | < 0,001     | 0,0328            | 0,6368            | 1,0522             |

Fonte: Dados da pesquisa.

O R2 é modesto quando comparado aos resultados do grupo “MAIORES” e aos resultados de Goulart (2007), sobremaneira para as equações 1A- e 1B-. A normalidade dos resíduos apresenta-se prejudicada, embora os histogramas permitam concluir de forma positiva sobre o aspecto em questão. Os testes de homocedasticidade, de correlação serial e de multicolinearidade estão dentro de parâmetros estatísticos válidos.

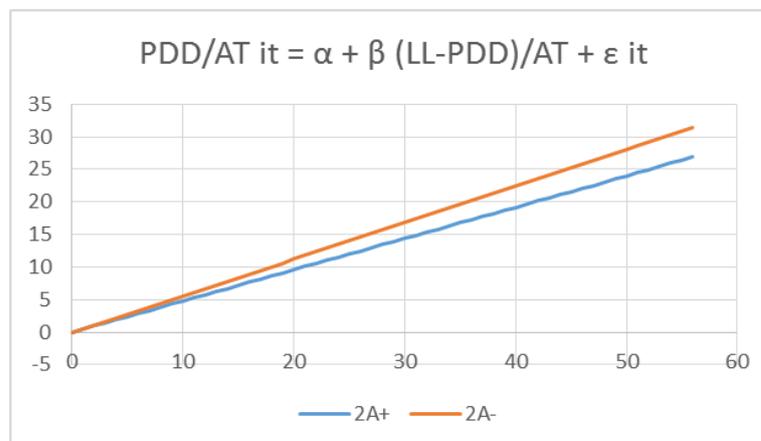
É válida a tentativa de se produzir o comparativo entre o nível de gerenciamento de resultado com base na PDD para as empresas constantes nos grupos Maiores e Menores. Para tal, o coeficiente da variável (LL-PDD), que indica a inclinação da reta da equação regredida, é a medida que permite que se façam essas inferências. É necessário, no entanto, que esse comparativo seja realizado entre equações de mesma escala, ou seja, equações equivalentes para os grupos de análise. Os gráficos 1 e 2 são apresentados abaixo e cumprem tal objetivo.

**Gráfico 1** – Comparação entre grupos para a equação 1A

Fonte: Preparado pelo autor (2017).

É notório, pois, que a inclinação da reta 1A das empresas constantes do grupo MAIORES, é mais acentuada. Isso implica inferir que existem indícios de que o gerenciamento de resultados para esse grupo é mais acentuado quando comparado com as empresas do grupo MENORES.

A equação 2A, todavia, discorda do comportamento apresentado pela equação anterior. Ressalta-se que o artifício matemática de divisão dos valores das variáveis pelo valor do ativo total é amplamente utilizado em estudos da área e tem como objetivo a redução dos efeitos do tamanho da empresa nas análises.

**Gráfico 2** – Comparação entre grupos para a equação 2A

Fonte: Preparado pelo autor (2017).

É indubitável que o comportamento apresentado é o inverso da equação anterior, conforme referido. Os coeficientes da variável explicativa (LL-PDD) são 0,48 e 0,56 para os grupos MAIORES e MENORES, respectivamente, justificando, pois, o comportamento da reta.

Certamente, especulativo e pouco assertivo seria dizer qual das equações dentre todas aquelas estimadas representam de forma mais adequada o comportamento das companhias analisadas. Para estudos que se utilizam de técnicas estatísticas, é imperativa a análise de diversas informações para que se possa concluir sobre o fenômeno analisado. De igual forma, não é possível afirmar com segurança sobre se o tamanho da empresa influencia o comportamento de gerenciamento de resultados com base na PDD. Isso é motivado pela análise inconclusiva dos coeficientes das regressões.

Para a análise da relação entre gerenciamento de resultados pela prática de alisamento do lucro reportado e o risco dos ativos negociados no mercado, utilizou-se o teste de correlação entre duas variáveis. Explica-se: o resíduo das regressões descritas anteriormente (modelos 1A, 2A, 1B, 2B), que são compreendidos como AD, consoante ao que propõe o modelo KS (1995), utilizado para mensurar gerenciamento de resultados. Aplicou-se o teste de correlação desses resíduos com os coeficientes beta ( $\beta$ ) do modelo CAPM. A esperança do resultado da correlação é negativa, o que permitiria inferir que o alisamento promovido pelas companhias no lucro implica a redução do risco percebido em seus instrumentos negociados na bolsa. Não suficiente é o resultado da correlação para permitir conclusões, sendo necessário também que o p-valor das análises esteja de acordo com os parâmetros de significância válidos. A proposição da relação entre influência da percepção de risco das ações da companhia no mercado e o nível de gerenciamento é atribuída a Trueman e Titman (1988).

Os resultados da correlação apresentaram sinal negativo para a maioria das equações, porém, não significante para qualquer modelo. Conforme referido, sendo o resultado do teste de correlação negativo e significativo, implicaria concluir que os efeitos de gerenciamento de resultados produzem efeito de redução na percepção do risco dos ativos analisados. É dizer que, tanto menor seria o risco do ativo quanto maior fosse o gerenciamento de resultado. Caso significativo e positivo, implicaria concluir que o gerenciamento de resultado aumenta o risco

do ativo. A tabela 5 apresenta o resultado do teste de correlação entre as variáveis descritas anteriormente.

**Tabela 5 – Correlação entre AD e o Risco das Ações**

| <b>Modelo</b> | <b>Correlação</b> | <b>Intervalo de confiança</b> | <b>p-valor</b> | <b>Grupo</b> |
|---------------|-------------------|-------------------------------|----------------|--------------|
| <b>1A+</b>    | 0,000206889       | [-0,1605984 - 0,1610015]      | 0,9980         | MAIORES      |
| <b>2A+</b>    | -0,03031247       | [-0,1912671 - 0,1322297]      | 0,7155         | MAIORES      |
| <b>1B+</b>    | 0,03439298        | [-0,1271099 - 0,1941194]      | 0,6771         | MAIORES      |
| <b>2B+</b>    | -0,01099937       | [-0,171496 - 0,150066]        | 0,8941         | MAIORES      |
| <b>1A-</b>    | -0,1493564        | [-0,30441881 - 0,01341748]    | 0,07198        | MENORES      |
| <b>2A-</b>    | -0,1040901        | [-0,26210643 - 0,05936208]    | 0,2112         | MENORES      |
| <b>1B-</b>    | -0,1549055        | [-0,309563993 - 0,007737571]  | 0,06191        | MENORES      |
| <b>2B-</b>    | -0,1034236        | [-0,26147886 - 0,06003342]    | 0,2141         | MENORES      |

Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados dos testes que poderiam permitir alguma conclusão acerca da relação estudada são aqueles dos modelos 1A- e 1B- (se fosse assumida significância de 10%). Ressalta-se que o modelo 1B- não apresentou comportamento adequado para a variável “Créd” quanto seu nível de significância.

Por isso, não é permitido que sejam feitas conclusões acerca da relação entre gerenciamento de resultados e risco de mercado dos instrumentos patrimoniais das companhias da amostra, tendo em vista a não significância das correlações. Apesar disso, é válido registrar que os sinais da correlação estão alinhados com a teoria proposta por Trueman e Titman (1988), exceto para os modelos 1A+ e 1B+, que indicaram sinal contrário. Esse efeito, no entanto, não implica qualquer preocupação, haja vista que os requisitos de significância também não foram cumpridos por aqueles modelos. Para o estudo de Faria e Amaral (2015), que segregou a amostra (companhias integrantes do Ibovespa) de acordo com segmento de atuação, os resultados da correlação foram, sem sua maioria, contrários aos

esperados e não significantes para todos os subgrupos. De igual forma, os autores foram impedidos de concluir sobre a existência da relação analisada.

O efeito inconclusivo dos testes de correlação permite considerar a hipótese de que a existência de menor assimetria informacional promova ajustamento das expectativas de ganho por parte dos investidores, que conseguem capturar a ação de alisamento de resultados. É dizer que, a prática de gerenciamento de resultados incentiva os investidores a ajustarem suas expectativas em relação àquele investimento, não surtindo o efeito almejado pelas companhias. Essa teoria é proposta por Holthausen e Leftwich (1983) e também é utilizada para explicar os resultados encontrados por Faria e Amaral (2015).

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A capacidade preditiva da Ciência Contábil se consolida na medida em que suas indicações pretéritas de comportamento futuros se confirmam. Diversos estudos internacionais e nacionais verificaram a existência de gerenciamento de resultados por parte de companhias de diversos setores. Esse gerenciamento ocorre geralmente em contas de despesa de provisões, depreciação, ágios e deságios, entre outras. As empresas do setor bancário, por seu turno, possuem recurso bastante eficaz na promoção de alisamento de resultados, que é a Provisão para Devedores Duvidosos. Essa provisão é capaz de ajustar o resultado de acordo com deliberações da companhia, inclusive porque, a classificação de risco das carteiras crédito, que é etapa prévia para estimar o volume necessário a ser provisionado, possui discricionariedade da administração.

Esse estudo, de caráter quantitativo descritivo, procurou verificar a existência de indícios de gerenciamento de resultados com base na Provisão para Devedores Duvidosos. Para tanto, foi utilizada uma amostra composta de 8 companhias, classificadas como bancos e listadas na Bolsa de Valores. O período de análise foi de 2007 a 2016, sendo que as observações são de periodicidade trimestral. Para cumprir o objetivo anunciado, foram utilizados 4 modelos propostos por Goulart (2007), que relacionam a Provisão para Devedores Duvidosos e o lucro antes da constituição da provisão em questão.

Os resultados das regressões convencem sobre existência de indícios de gerenciamento de resultados pela PDD. Não foi possível, no entanto, concluir se o tamanho da instituição

financeira implica o nível de gerenciamento, ou seja, se bancos maiores gerenciam o resultado reportado de forma mais acentuada que bancos menores.

Percebida a relação entre as variáveis explicativa e explicada e elencados os possíveis motivos para tal prática, é natural que se busque verificar se o alisamento de resultados promove redução de risco do instrumento patrimonial das companhias da amostra no mercado. Essa verificação é possível quando se testa a correlação entre uma medida de risco (coeficiente beta do modelo CAPM) e o nível de gerenciamento de resultados em si (resíduos das regressões, que equivale dizer que são os *Accruals* Discricionários). Esses testes, todavia, não permitiram concluir sobre a influência do alisamento de resultados na percepção de risco das ações da companhia, a despeito de as correlações apresentarem sinal igual ao esperado. Isso porque, o nível de confiança necessário não foi atingido para que se possa fazer inferências acerca da relação analisada.

Os achados desse estudo estão em consonância com Fuji (2004), Goulart (2007) e Xavier (2007). Esses autores concluem sobre a decisão da administração quanto a definição do momento de registro de provisão, de forma que esse mecanismo tende a influenciar o resultado de maneira menos adversa no presente. A suavização ou alisamento de resultados implica a redução da volatilidade dos lucros.

Diante do exposto, é possível responder ao problema de pesquisa estabelecido para o estudo, concluindo sobre a existência de indícios de gerenciamento de resultados com base na Provisão para Devedores Duvidosos por parte das instituições financeiras integrantes da amostra para o período analisado. Não é possível, todavia, afirmar sobre a redução do risco dos instrumentos patrimoniais dessas companhias negociados em Bolsa de Valores, tendo em vista limitações de significância dos testes realizados. Assumindo parâmetros estatísticos menos restritivos, é possível inferir que a prática de alisamento de resultados implica redução de risco para bancos da amostra “MENORES”.

É manifesta consequência da redução de assimetria informacional o efeito da prática de alisamento de lucros por parte de instituições financeiras constatada neste e em diversos outros estudos não influenciar o risco percebido nas ações, ou pelo menos a impossibilidade de se afirmar de forma categórica sobre a redução do risco. A diminuição da assimetria informacional é consequência dos produtos da Ciência Contábil, dentre os quais, análise de resultados e previsão de comportamentos.

A limitada amostra que foi utilizada, ainda que o período de tempo seja amplo, limita as conclusões do estudo às empresas analisadas. Não se pretende esgotar as discussões relativas ao tema, mas demonstrar que a prática de alisamentos de resultados é percebida pelo investidor, que ajusta suas perspectivas de ganhos, assumindo que há discricionariedade da administração quanto ao lucro reportado, sobretudo pelo efeito da provisão em questão.

Considerando que a PDD é um recurso disponível para que se promova alisamento de resultados e que as demonstrações contábeis dessas companhias devem sofrer auditoria externa, sugere-se, para estudos futuros, que seja verificada a atuação do setor contábil quanto aos procedimentos de elaboração dessas provisões, bem como análise da atuação da auditoria externa quanto aos procedimentos realizados no sentido de validar as provisões constituídas.

## REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BAPTISTA, E. M. B. Teoria em gerenciamento de resultados. **Revista de Contabilidade da UFBA**, Salvador, v. 3, n. 2, p. 5-20, 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Composição e segmentos do Sistema Financeiro Nacional. [2016?]. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pre/composicao/composicao.asp>>. Acesso em: 19 nov. 2017

BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de metodologia científica**. 3.ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2007.

BEIDLEMAN, C. R. Income smoothing: the role of management. **The Accounting Review**, [S.I.], v. 48, n. 4, p. 653-667, oct. 1973.

BEUREN, I. M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

BM&FBOVESPA. Relação de companhias listadas como “Bancos” na Bolsa de Valores. [2017?]. Disponível em <<http://www.bmfbovespa.com.br>>. Acesso em 20 nov. 2017.

CARNEIRO, F. L. **Modelagem de risco de crédito de portfólio: implicações para a regulamentação sobre requerimento de capital de instituições financeiras**. 2002. 195 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2002.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). Pronunciamento conceitual básico. Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. 2011. Disponível em: <[http://www.normaslegais.com.br/legislacao/anexo2\\_cvm539.htm](http://www.normaslegais.com.br/legislacao/anexo2_cvm539.htm)>. Acesso em: 16 nov. 2017.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL. Circular nº 1.273, de 29 de dezembro de 1987. Institui para adoção obrigatória a partir do Balanço de 30.06.88, o anexo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – Cosif. **Banco Central do Brasil**, Brasília, 29 dez. 1987. Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/circ/1987/pdf/circ\\_1273\\_v1\\_o.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/circ/1987/pdf/circ_1273_v1_o.pdf)>. Acesso em: 12 nov. 2017.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL. Resolução nº 2682, de 21 de dezembro de 1999. Dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras de provisão para créditos de liquidação duvidosa. **Banco Central do Brasil**, Brasília, 21 dez. 1999. Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1999/pdf/res\\_2682\\_v2\\_L.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1999/pdf/res_2682_v2_L.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2017.

FARIA, B. R.; AMARAL, H. F. O gerenciamento de resultados através do Income Smoothing e a relação com o risco das ações: estudo empírico com empresas do Ibovespa. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 25-42, 2015.

FERNANDES, P. F. M. **O impacto da entrada em vigor das IFRS na gestão de resultados**: a experiência ibérica. 2007. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Empresariais – Finanças) Faculdade de Economia, Universidade do Porto, Porto, 2007.

FORTUNA, E. **Mercado financeiro**: produtos e serviços. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

FUJI, A. H. **Gerenciamento de resultados contábeis no âmbito das instituições financeiras atuantes no Brasil**. 2004. 132 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

GIACOMET JUNIOR, I. A. 2012. 169 f. **Função normativa do Sistema Financeiro Nacional nos crimes econômicos**. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012.

GOULART, A. M. C. 2007. 211 f. **Gerenciamento de resultados contábeis em instituições financeiras no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

HILLBRECHT, R. A political economy model of monetary policy: decentralized decision making and competition for seigniorage. **Revista de Economia Política**, [São Paulo], v. 19, n. 4, p. 134-145, 1999.

HOLTHAUSEN, R. W.; LEFTWICH, R. W. The economics consequences of accounting choice implications of costly contracting and monitoring. **Journal of Accounting and Economics**, [S.I.], v. 5, p. 77-117, 1983.

LEVINE, R. Financial development and economic growth: views and agenda. **Journal of Economic Literature**, [S.I.], v. 35, n. 2, p. 688-726, June 1997.

MACEDO, M. A. S.; KELLY, V. L. A. Gerenciamento de resultados em instituições financeiras no Brasil: uma análise com base em provisões para crédito de liquidação duvidosa. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, João Pessoa, v. 4, n. 2, p. 82-96, 2016.

MARTINEZ, A. L. **Gerenciamento dos resultados contábeis**: estudo empírico das companhias abertas brasileiras. 2001. 154 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MCKEE, T. E. **Earnings management**: an executive perspective. USA: Thomson, 2005.

MORETTIN, P. A.; BUSSAB, W. O. **Estatística Básica**. São Paulo: Saraiva, 2002.

MOYER, S. E. Capital adequacy ratio regulations and accounting choices in commercial banks. **Journal of Accounting Economics**, [S.I.], v. 13, n. 2, p. 123-154, July 1990.

RIVARD, R. J.; BLAND, E.; MORRIS, G. B. H. Income smoothing behavior of U.S. banks under revised international capital requirements. **International Advances in Economic Research**, [S.I.], v. 9, n. 4, p. 288-294, Nov. 2003.

RODRIGUES, A. 2008. 150 f. **Gerenciamento da informação contábil e regulação**: evidências no mercado brasileiro de seguros. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

RONDON, L. V. **Competitividade e eficiência do sistema financeiro nacional**: 1995-2008. 2011. 207 f. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

RUDGE, L. F.; CAVALCANTE, F. **Mercado de Capitais**. Belo Horizonte: Comissão Nacional de Bolsas de Valores, 1993.

SANTOS, E. C. 2007. 128 f. **Capital regulatório e gerenciamento de resultados nas instituições financeiras que atuam no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças, Vitória, 2007.

SAUNDERS, A. **Administração de instituições financeiras**. São Paulo: Atlas, 2000.

SCHIPPER, K. Earning Management. **Accounting Horizons**, v. 3, n. 4, p. 91-102, dec. 1989.

SHRIEVES, R. E.; DAHL, D. Discretionary accounting and the behavior of japanese banks under financial duress. **Journal of Banking & Finance**, [S.I.], v. 27, n. 7, p. 1219-1243, 2003.

SOUTES, D. O. Gerenciamento de resultados contábeis e retorno anormal: o mercado brasileiro reage ao gerenciamento de resultados contábeis? **Revista de Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, v. 3, n. 3, p. 51-65, 2011.

THOMAS, J.; ZHANG, X. Identifying unexpected accruals: a comparison of current approaches. **Journal of Accounting and Public Policy**, [S.I.], v. 19, n. 4/5, p. 347-376, 2000.

TRUEMAN, B.; TITMAN, S. An explanation for accountig income smoothing. **Journal of Accounting Research**, [S.I.], v. 26, p. 127-139, 1988.

XAVIER, P. H. M. **Gerenciamento de resultados por bancos comerciais no Brasil**. 2007. 125 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

## Anexo A – Relações de Instituições Financeiras e Gráficos de Dispersão

**Quadro 3** – Relação de Companhias listadas como “Bancos” na Bolsa de Valores.

| <b>Companhia</b>                     | <b>Segmento</b>                   |
|--------------------------------------|-----------------------------------|
| ALFA HOLDINGS S.A.                   |                                   |
| BANESTES S.A. - BCO E ESPIRITO SANTO |                                   |
| BCO ABC BRASIL S.A.                  | Nível 2 de Governança Corporativa |
| BCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.        |                                   |
| BCO AMAZONIA S.A.                    |                                   |
| BCO BRADESCO S.A.                    | Nível 1 de Governança Corporativa |
| BCO BRASIL S.A.                      | Cia. Novo Mercado                 |
| BCO BTG PACTUAL S.A.                 |                                   |
| BCO ESTADO DE SERGIPE S.A. – BANESE  |                                   |
| BCO ESTADO DO PARA S.A.              |                                   |
| BCO EST DO RIO GRANDE DO SUL S.A.    | Nível 1 de Governança Corporativa |
| BCO INDUSVAL S.A.                    | Nível 2 de Governança Corporativa |
| BCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S.A.  |                                   |
| BCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.         |                                   |
| BCO NORDESTE DO BRASIL S.A.          |                                   |
| BCO PAN S.A.                         | Nível 1 de Governança Corporativa |
| BCO PATAGONIA S.A.                   | BDR Nível 3                       |
| BCO PINE S.A.                        | Nível 2 de Governança Corporativa |
| BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.          |                                   |
| BCO SANTANDER S.A.                   | BDR Nível 3                       |
| BRB BCO DE BRASILIA S.A.             |                                   |
| CONSORCIO ALFA DE ADM S.A.           |                                   |
| ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.           | Nível 1 de Governança Corporativa |
| ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A.       | Nível 1 de Governança Corporativa |
| PARANA BCO S.A.                      |                                   |

Fonte: BM&FBOVESPA [2017?].

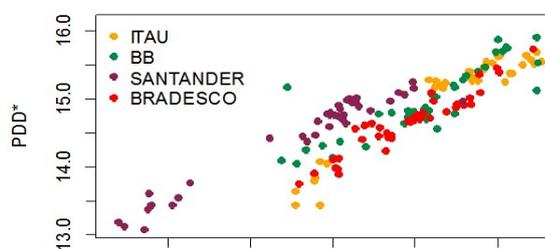
**Quadro 4** – Relação da amostra global e código de negociação do ativo utilizado como referência para cálculo do risco.

| Companhia                            | Código do Ativo |
|--------------------------------------|-----------------|
| BCO BRASIL S.A.                      | BBAS3*          |
| ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.           | ITUB4*          |
| BCO BRADESCO S.A.                    | BBDC4*          |
| BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.          | SANB4*          |
| BCO EST DO RIO GRANDE DO SUL S.A.    | BRSR5           |
| BCO NORDESTE DO BRASIL S.A.          | BNBR3           |
| BCO ABC BRASIL S.A.                  | ABCB4**         |
| BANESTES S.A. - BCO E ESPIRITO SANTO | BEES4           |
| BCO AMAZONIA S.A.                    | BAZA3           |
| BRB BCO DE BRASILIA S.A.             | BSLI4**         |
| BCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.        | BRIV4           |
| BCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.         | BMEB4           |
| BCO PINE S.A.                        | PINE4**         |
| BCO INDUSVAL S.A.                    | IDVL4**         |

\* Instituição Financeira do grupo: “MAIORES”.

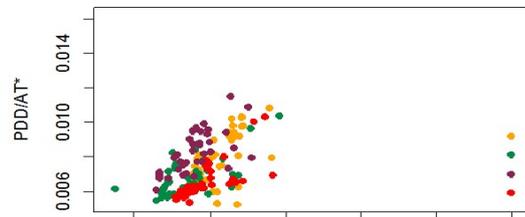
\*\* Instituição Financeira do Grupo “MENORES”

**Figura 1:** (LL-PDD) vs. PDD na escala transformada – GRUPO “MAIORES”.



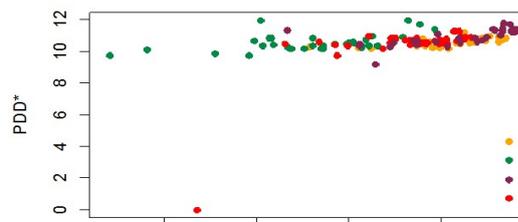
Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

**Figura 2:**  $(LL-PDD)/AT$  vs. PDD na escala transformada – GRUPO “MAIORES”



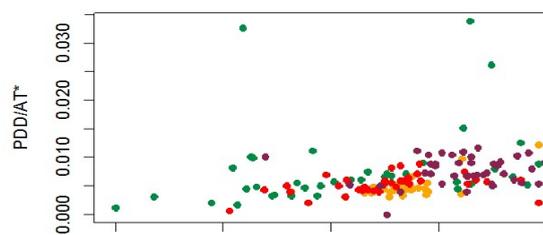
Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

**Figura 3:**  $(LL-PDD)$  vs. PDD na escala transformada – GRUPO “MENORES”



Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

**Figura 4:**  $(LL-PDD)/AT$  vs. PDD na escala transformada – GRUPO “MENORES”



Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.